



Anais da Assembléia

N.º 136

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 26 DE OUTUBRO DE 1.979.

ANO V

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 129.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 1.979

SEXTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Mário Celso e José Tavares.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domicio Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes. (57); achando-se ausente, em missão cultural, o Senhor Deputado Ezequias Losso.

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerogativas legislativas, REQUER seja expedido ofício ao Excelentíssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, solicitando seja proposto ao Poder Legislativo a alteração da Organização e Divisão Judiciária, com a conseqüente criação do Distrito Judiciário de CARAJÁ, no Município e Comarca de Formosa do Oeste.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1.979.

(a) WERNER WANDERER.

JUSTIFICATIVA:

O distrito em pauta foi criado "distrito administrativo" por Lei Estadual n.º 6.919, de 02 de setembro de 1.977, estando assim atendida a condição para a pretendida criação de "Distrito Judiciário" (§ 2.º, do Art. 110 da Constituição do Estado).

A criação e posterior instalação de distrito judiciário, implica no conseqüente provimento de:

- serventia de foro extra-judicial (tabelião de registro e de notas);
- justiça de paz temporária;
- sub-delegacia de polícia.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerogativas legislativas, REQUER seja expedido ofício ao Excelentíssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, solicitando seja proposto ao Poder Legislativo a alteração da organização e divisão judiciária, com a conseqüente criação do Distrito Judiciário de IRACEMA, no Município e Comarca de Formosa do Oeste.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1.979.

(a) WERNER WANDERER.

JUSTIFICATIVA:

O distrito em tela foi criado "distrito administrativo" por Lei Estadual n.º 7.076, de 11 de dezembro de 1.978, estando assim atendida a condição para a pretendida criação de "distrito judiciário" § 2.º, do art. 110 da Constituição do Estado).

A criação e posterior instalação de distrito judiciário, implica na conseqüente provimento de:

- serventia de foro extra-judicial (tabelião de registro e de notas);
- justiça de paz temporária;
- sub-delegacia de polícia.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, que se oficie ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Educação do Paraná, Dr. Edson Machado, solicitando informações sobre a cessão de prédios escolares para hospedagem e instalação de equipes esportivas, como vem ocorrendo atualmente.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1.979.

(a) DENI SCHWARTZ.

JUSTIFICATIVA:

Já não é a primeira vez que muitas crianças de nossa Capital são licenciadas de suas aulas porque equipes esportivas e delegações concorrentes a jogos na Capital paranaense passam a ocupar instalações escolares.

Essas interrupções da atividade escolar prejudicam as crianças que já têm um período de aulas curto e muito interrompido, por razões as mais diversas. Seu aproveitamento, como sabemos, geralmente não é dos melhores e ainda sofrem novas dificuldades com comemorações, até abusivas e, agora com a transformação de escolas em hospedagem de adultos.

Somos favoráveis à prática de esportes, mas não podemos entender a razão de transformar-se escolas em hospedaria.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 177/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — fica declarada de utilidade pública a "AUGUSTA E RESPEITÁVEL LOJA SIMBÓLICA — ACÁCIA. 1.ª", com sede e foro na Cidade e Comarca de União da Vitória, Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1.979.

(a) DENI SCHWARTZ.

JUSTIFICATIVA:

A "AUGUSTA E RESPEITÁVEL LOJA SIMBÓLICA ACÁCIA 1.^a", é uma sociedade maçônica de caráter benéfico e cultural. Foi fundada em 20 de março de 1.976, tendo como objetivo, a prestação de serviços de assistência social, moral e cultural, às pessoas comprovadamente necessitadas. A grandiosidade dos fins da entidade em apreço, constitui-se hoje uma realidade, o que se pode comprovar pelos grandes serviços prestados à comunidade maçônica, bem como à comunidade em geral. Julgamos ser merecido e justo, o título de utilidade pública à "AUGUSTA E RESPEITÁVEL LOJA SIMBÓLICA - ACÁCIA 1.^a", para o qual esperamos contar com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Renato Bueno.

O SR. RENATO BUENO — Sr. Presidente, Srs. Deputados: (Lê): "Nestes cinco minutos do Pequeno Expediente que o Regimento Interno da Casa me faculta, não poderia, embora sucintamente, deixar de fazer o registro de um episódio que considero dos mais relevantes na vida político-administrativa do País, qual seja a designação, por Sua Excelência, o Sr. Presidente João Figueiredo, de um novo Ministro da Saúde, na pessoa do ilustre médico sanitário Waldir Arcoverde.

Ao longo da nossa vida pública, alternada por cinco mandatos legislativos e, como médico, em diversos cargos executivos ligados à Saúde Pública e Bem-Estar Social, é natural que tenhamos alguns conhecimentos dos graves e abrangentes problemas que infelizmente ainda existem nesse setor.

Daí porque, vemos com satisfação e até mesmo com otimismo, pelas perspectivas de um novo enfoque, de uma nova filosofia de trabalho que por certo nortearão suas atividades à frente da Pasta da Saúde, a indicação do médico Waldir Arcoverde, que nascido no Piauí, formado pela nossa Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná, graduado pela Faculdade de Higiene e Saúde Pública da Universidade de São Paulo, radicado e atuante profissionalmente no Rio Grande do Sul, com larga experiência administrativa, grande sanitário e homem de visão, até agora dirigindo com eficiência reconhecida, o (I.N.P.S.) — Instituto Nacional de Previdência Social.

As primeiras declarações do novo Ministro veiculadas pela imprensa já nos dão uma idéia de sua firme formação profissional especializada no campo da saúde pública, da medicina preventiva e social, que devem ser em última análise as principais e verdadeiras atribuições do Ministério da Saúde.

Queremos, portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao registrar esse importante acontecimento, nos congratular com Sua Excelência o Presidente João Figueiredo pela feliz escolha do ilustre e eminente médico-sanitário Waldir Arcoverde, na certeza de que o Brasil e o Paraná, e também as classes médica e paramédica ligadas mais diretamente à situação sanitária em que vivem os segmentos sociais das periferias das grandes cidades, principalmente em função do êxodo rural, muito esperam e confiam na gestão do novo Ministro da Saúde."

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador). O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Antônio Facci, inscrito.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados: (Lê): "Preocupados com a demora na definição da instalação de uma agência ou mesmo posto avançado de crédito rural do Banco do Brasil, para a Cidade de Altônia, encaminhamos, e esta Casa aprovou, no dia 12 de setembro próximo passado, requerimento dirigido à direção da mais importante casa bancária do País, "solicitando urgência na instalação de uma agência na Cidade de Altônia", anexando ao referido requerimento dados estatísticos, destacando a pujança do município.

Por ocasião da inauguração das novas instalações do Banco do Brasil em Maringá, conversamos rapidamente, é verdade, com o Diretor da Carteira de Crédito Rural do Banco do Brasil, no aeroporto de Maringá, tratando do assunto em pauta e, para surpresa nossa, recebemos a informação que "Altônia dificilmente receberia um Posto Avançado daquele estabelecimento de crédito, por tratar-se de município de porte médio, não se enquadrando, portanto, na atual política de atendimento rural da Casa Bancária".

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Ficamos no aguardo, naturalmente, da resposta ao nosso requerimento, para um posicionamento efetivo sobre a matéria. A resposta em nossas mãos e assinada por Paulo Maurício Guimarães de Andrade, Sub-Chefe de Gabinete da Presidência do Banco do Brasil, diz expressamente o seguinte: Ref.: Posto avançado de crédito rural em Altônia. Incumbiu-nos o Presidente, Dr. Oswaldo Roberto Colin, de informar a Vossa Excelência, em atenção ao expediente de 21.9.79, que de conformidade com deliberação tomada pelo Banco Central do Brasil, ouvida a rede bancária, o posto avançado de crédito rural, criado pelo Conselho Monetário Nacional, no município em referência, será instalado pelo Banco Mercantil de São Paulo S/A.

Ora, Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Mais uma vez temos que ficar preocupados com a política creditícia de nosso País. Hoje, encontramos novamente nos principais jornais de nossa Capital, informações de que o Banco do Brasil "amplia a assistência aos agricultores, instalando mais 19 postos avançados em todo o País". Informando ainda que o número de postos avançados e em funcionamento chegam hoje a 152, enquanto acham-se em instalação aproximadamente mais 127 postos que deverão entrar em funcionamento até o final do ano.

A preocupação natural e que deve ser compartilhada por todos os brasileiros, naturalmente, menos pelos banqueiros, é claro, é que não sabemos quantos destes postos avançados estão sendo instalados como o de Altônia: "Pelo Banco Mercantil de São Paulo S/A.", isto é, pela rede bancária particular. Portanto, está mais uma vez, o nosso pequeno agricultor sendo compelido à rede bancária particular, para conseguir "repasses" de crédito. Podemos estar enganados, mas, segundo as informações verbais do Diretor da Carteira de Crédito do Banco do Brasil, Altônia não receberia o posto avançado de crédito rural, por não se enquadrar como pequena comunidade. Agora, vem a informação oficial que o dito Posto será instalado pelo Banco Mercantil de São Paulo. Ou existe contradição nas notícias, ou o Banco do Brasil não conhece a realidade do Município de Altônia, pois, trata-se de área essencialmente dedicada ao cultivo de café no sistema tradicional, dividida em minifúndios com grande expressão tanto demográfica como econômica, e não pode ficar à mercê da ganância de lucros representada pela rede bancária particular.

Continuamos, portanto, no aguardo de melhores estudos e decisões mais sérias, visando ao atendimento dos pequenos agricultores altonienses."

Muito obrigado, Sr. Presidente.—

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado David Cheriegate, inscrito.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"A desconcentração dos polos industriais é uma das metas prioritárias do Governo Ney Braga. Através da Secretaria da Indústria, que tem como titular, o Secretário Fernando Fontana tem envidado todos os esforços para atrair novas indústrias para o nosso Estado.

Motiva-me a presença nesta tribuna fazer um apelo para

que a região oeste não seja esquecida, especialmente na instalação de agro-indústrias.

O Paraná é responsável pela produção agropecuária das mais representativas do País. Ressente-se, no entanto, da indústria que em dias atuais é a grande geradora de recursos para os estados, para os municípios e para a Nação.

Três são os fatores que possibilitam a implantação de parques industriais: a matéria-prima, a infra-estrutura e a mão-de-obra.

A região oeste, especialmente Cascavel, é uma região rica em matéria-prima oriunda da agricultura e da pecuária. Por este motivo, justifica-se plenamente o nosso apelo para que transformemos a matéria que a dadivosa terra de nossa região produz e que não sejamos apenas exportadores de grãos in natura.

Quanto à infra-estrutura o oeste paranaense está bem servido de energia elétrica. Conta com rodovias de escoamento. Possui rodovias de acesso para os centros industriais que venham a se instalar. Finalmente, o escoamento dos produtos industrializados poderá contar com o transporte ferroviário, com a construção da Rodovia da Soja.

No que concerne à mão-de-obra podemos informar que a densidade populacional do oeste é das maiores. Isto possibilitará que as indústrias possam buscar a mão-de-obra local, e que estes, particularmente os jovens tenham oportunidade de emprego.

Finalmente, a Prefeitura de Cascavel, a exemplo de centros e cidades-polos que já possuem parques industriais, como Curitiba e Região Metropolitana, Ponta Grossa, Londrina, graças ao apoio dado pelas administrações municipais, Cascavel, repito tem área reservada para a implantação de indústria. Além disto, tem procurado dar todo apoio a empresas que se desejarem instalar, bem como inventivos que a lei permite.

Ao fazer este apelo ao Senhor Secretário da Indústria e Comércio, Dr. Fernando Fontana, temos certeza que não esquecerá Cascavel, pois, ele tem investido, quase agressivamente para estimular os capitais locais a se dedicarem à industrialização, bem como tem buscado atrair capitais e indústrias de outros estados.

Neste ensejo, desejo fazer um veemente apelo ao Governo Estadual que envide todos os esforços e concentre suas energias na agilização da construção da Ferrovia da Soja, pois, ela é fundamental para que se industrializem os nossos produtos oriundos da agricultura, possibilitando e facilitando o transporte até o terminal marítimo de Paranaguá e para outros centros consumidores.

Ao finalizar este pronunciamento que reflete os anseios do oeste, desejaria frisar que aquela região detém apenas onze por cento das indústrias de todo o Paraná, sendo que Curitiba concentra vinte e sete por cento e as demais acham-se espalhadas pelo Paraná inteiro. Isto nos dá ânimo e até certo ponto nos credencia a pleitearmos do Governo Ney Braga que aqui-nhoe Cascavel com novas indústrias. Aplaudimos por outro lado a vontade e a meta de desconcentrar a instalação de cidades industriais. Isto é uma filosofia das mais corretas, pois, traz inúmeros benefícios aos moradores e às municipalidades."

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, nobre Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O egrégio Tribunal Regional Eleitoral acaba de proferir uma decisão regulamentando a instituição plebiscitária em várias comunidades do Paraná que pretendem emancipar-se dos atuais municípios a que pertencem.

Esta decisão, Sr. Presidente, reflete com expressão de

grandeza, de presteza, de justeza o apelo que o povo paranaense faz a esta Corte de Justiça por intermédio da Casa Legislativa Estadual.

Sagrou-se então, mais uma vitória, no nosso entender, do povo paranaense, através da Assembléia Legislativa. E decidiu baixar uma resolução às devidas Comarcas dos Municípios de Céu Azul, Assis Chateaubriand, São João do Ivaí, Salto do Lontra e Cascavel, visando a criação dos Municípios de Vera Cruz do Oeste, Tupãssi, Lunardelli, Nova Prata e Cafelândia.

A verdade, Sr. Presidente, é que já não tinha mais ambiente para suportar o clamor da população que pretende adquirir a sua maioria político-administrativa. E foram premidos, pelas circunstâncias, que os eminentes representantes dessas comunidades, vendo-se no dever de cumprir como que uma determinação de seus representados, instaram à Assembléia Legislativa, através da Comissão Especial, a tomar uma decisão e encaminhar à Corte de Justiça Eleitoral Estadual, a proferir esta tomada de posição.

A minha vinda a esta tribuna, Sr. Presidente, é para enaltecer o espírito de justiça e o espírito de entendimento da vocação e da aspiração de seu povo, através do entendimento acolhido pelo Tribunal Regional Eleitoral; e nossa passagem por esta tribuna é para enaltecer essa decisão que os eminentes Senhores Desembargadores houveram por bem instrumentar, tempestivamente, para que o plebiscito se realize no dia 25 de novembro do ano em curso, para que estes distritos possam, a critério desta Assembléia, e por sanção posterior do Poder Executivo, tornar-se emancipados esses distritos que assim o pretendem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, nobre Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho à tribuna, nesta manhã, para registrar o júbilo dos municípios de minha região, pela abertura que se dará hoje de postos avançados do Banco do Brasil nos Municípios de Manguaçu, Ampère, Planalto, Salto do Lontra e Santa Izabel do Oeste.

O posto avançado criado pelo Banco do Brasil foi um mecanismo encontrado por esta entidade financeira nacional, para fazer com que chegasse mais perto, mais rapidamente e mais desburocratizadamente, o crédito, o financiamento agrícola aos agricultores.

A região sudoeste, que é uma região composta de minifúndios, realmente precisa ter mais estabelecimentos de crédito, para que os pequenos agricultores também tenham acesso ao financiamento agrícola. Financiamento agrícola este, no nosso País, extremamente concentrado na mão de poucos. Pelos dados oficiais do Banco do Brasil, vinte por cento dos que produzem na terra, consomem mais de oitenta por cento dos recursos, dos juros subsidiados do Banco do Brasil e de outras entidades do setor agrícola. Congratulo-me portanto, com a sua diretoria pela instalação desses postos avançados neste município. Mas, ocupo a tribuna também, para renovar o apelo que já anteriormente fiz no sentido de que os outros municípios da região sudoeste, também sejam atendidos neste tipo de casa bancária. Especialmente os Municípios de Maríópolis, Renascença, Itapejara do Oeste, Salgado Filho, São João, São João do Oeste, Verê, Coronel Vivida e Realeza. Alguns Srs. Deputados, especialmente os Srs. Deputados Deni Schwartz e Nilso Sguarezi, estão lembrados da luta que tivemos no sentido de que fosse instalado no Município de Verê um posto avançado do Banco do Brasil, que já havia sido criado pela Diretoria do Banco e que só não foi instalado porque um banco particular, no Conselho Monetário Nacional, conseguiu a sua carta patente antes que o Banco do Brasil. E a decisão

do Conselho Monetário Nacional, quando criou os Postos avançados do Banco do Brasil, estabelecia que os bancos particulares tinham prioridade na escolha das praças para a instalação dos bancos. Decisão do Conselho Monetário Nacional, que não concordo, porque isto haverá de criar situações esdrúxulas, injustas e improdutivas, especialmente no Município de Verê, onde o Banco Bandeirantes possui uma agência e haverá de instalar um posto avançado, quando que se o Banco do Brasil, pudesse lá se instalar, traria muitos e maiores benefícios aos agricultores de Verê.

Da mesma forma, ocupo esta tribuna para reafirmar o apelo que venho fazendo, no sentido de que o Banco do Brasil crie duas agências em dois progressistas municípios da Região Sudoeste do Paraná, os Municípios de Realeza e Coronel Vivida. Igualmente Realeza, como o Deputado Túlio Zanchet, que hoje está presente, sabe, o Banco do Brasil já havia decidido criar um posto avançado. Entretanto, pela prioridade antes referida, o Bamerindus do Brasil é que deverá instalar o posto avançado.

Creio, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que Coronel Vivida e Realeza são praças extremamente desenvolvidas e que merecem, não só o posto avançado do Banco do Brasil, mas principalmente uma agência definitiva do principal organismo de crédito oficial do Brasil.

Muito grato, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao sexto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Túlio Zanchet.

O SR. TÚLIO ZANCHET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos também a tribuna, no mesmo sentido que outros oradores já o fizeram e se manifestaram na manhã de hoje. Principalmente com a manifestação do Deputado Luiz Alberto de Oliveira, que representando também o Sudoeste do Estado, já de longa data reivindicava as instalações de casas bancárias do Banco do Brasil para a nossa região.

Sabedores que os Deputados da Oposição, que também representam a nossa região nesta Casa, o Líder da Bancada, Deputado Nilso Sguarezi e o Deputado Deni Schwartz, hoje, creio, eles estão também participando do mesmo contentamento, como nós, pela instalação dos postos avançados do Banco do Brasil nas localidades de Ampére, Mangueirinha, Salto do Lontra, Santa Izabel do Oeste e Planalto.

Nós gostaríamos de estar presentes naquelas localidades no dia de hoje, porque sabemos da satisfação e do contentamento daquele povo.

Mas, impossibilitados, pois as inaugurações serão feitas na mesma hora, no mesmo momento, nas cinco localidades, houvermos por bem, assistirmos daqui às inaugurações dessas casas bancárias, que, temos certeza, trarão inúmeros benefícios para o aumento da produtividade agrícola da nossa região, que é o Sudoeste do Estado, porque não dizer, do Estado e do próprio Brasil.

Além disso, nós também ouvimos atentamente as palavras do Deputado Luiz Alberto Oliveira, que, numa vibrante manifestação, disse do interesse de ter a região dos Municípios de Realeza e Coronel Vivida - que ele mantém o comando e representa a região - de que o Banco do Brasil instale naqueles municípios uma agência, pelo porte de cada município, pelo seu desenvolvimento, pelo grau de contribuição que dá na produção agrícola do nosso Estado.

Nós temos a certeza que Sua Excelência o Presidente do Banco do Brasil, Dr. Osvaldo Colín, e que o próprio Banco Central, haverão de, sensibilizados com os reclamos e os anseios daquela gente, instalar, num futuro muito próximo, agências daquele estabelecimento bancário, naqueles municípios.

Além disso, verificamos também que o Banco, através da dinâmica imprimida pelo atual Presidente, Dr. Osvaldo Colín, quer facilitar o crédito agrícola aos pequenos e médios agri-

cultores e quer fazer com que cinco postos de atendimento, de acolhimento de propostas, funcionem sob a jurisdição de cada agência, proporcionando, em dados aproximados, a instalação de 6.900 postos de acolhimento de propostas de crédito rural.

Então, estamos verificando que os homens que detêm a política creditícia, os homens responsáveis pelo crédito agrícola deste País, são sabedores de que só através de u'a maior produção agrícola nós poderemos fazer frente a enormes problemas, principalmente com a inflação que sobe gradativamente em nosso País.

Mas, com medidas creditícias, com medidas que nós sabemos os agrônomos estão se debatendo neste Congresso, e que serão postas em prática, nós haveremos de sair do caos que atravessamos e haveremos, num futuro próximo, de ver o Brasil despontando como uma das maiores potências do mundo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Presidência consulta a Liderança do MDB, se deseja fazer uso da palavra.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Nelson Friedrich. O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Após o surgimento do INAMPS — Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social, o atendimento médico-hospitalar no interior do Estado aos trabalhadores, que já era precário, piorou mais ainda.

Difícilmente um trabalhador rural consegue pronto internamento. Já os trabalhadores urbanos possuem uma situação um pouco melhor, sendo-lhes dado preferência.

Os hospitais não possuem o mínimo interesse em atender aos beneficiários, ao contrário, interessam-se em muitos casos - a explorá-los.

O hospital que há mais tempo está encarregado do ex-FUNRURAL no Município de Toledo, por exemplo, seguidas vezes obriga o agricultor a pagar parte do tratamento, fazendo com que o mesmo assine Notas Promissórias devidamente avaliadas. Para isso, alegam que o INAMPS só paga ao Hospital e não ao médico. Vale ressaltar, que desses serviços prestados pelo médico e cobrados ilegalmente, não fornecem recibo de espécie alguma. No mesmo Hospital, muitos trabalhadores rurais foram obrigados a pagar consultas no início e mesmo durante o tratamento. Para dificultar o atendimento, o Hospital alega que não possui especialista, mas ao mesmo tempo não há pronto atendimento do paciente no Hospital de Clínicas nesta Capital.

Triste País este em que o trabalhador rural - beneficiário do INAMPS - antes de procurar o atendimento médico, tem que escolher as doenças, pois há algumas que não são atendidas por ser, segundo alegações de algumas secretárias de hospitais credenciados, contrárias às determinações superiores.

O trabalhador rural, enfim, é tratado como um indigente, sem merecer nenhuma consideração de muitos hospitais particulares que no interior do Estado o atendem, e principalmente, o exploram.

E o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Toledo, que deveria preocupar-se sempre mais e mais com os problemas da classe, alega que não é médico e nada pode fazer se o Hospital não atende como deveria. Efetivamente o Sindicato não tem tomado providências para o melhor atendimento de seus associados.

E o pior. O trabalhador rural, responsável pela produção agrícola deste País, está PROIBIDO de ficar doente aos sábados e domingos, uma vez que o Hospital e o Sindicato não atendem durante o final de semana.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, discriminação triste e vergonhosa ocorre nesta Capital, pois enquanto o trabalhador rural é atendido somente no Hospital de Clínicas, o empregado

dor rural é atendido em dois dos mais modernos hospitais de Curitiba: a Clínica Dr. Paciornick e o Hospital Evangélico. É a eterna separação, cada vez mais distante, entre o Capital e o Trabalho, entre os mais abastecidos e os menos favorecidos, entre o privilégio de alguns e a marginalização de quase todos.

O Sr. Jair Soares, Ministro da Previdência Social, prometera - demagogicamente - no Terceiro Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, que iria recriar o FUNRURAL, mais tempos depois já esquecia sua promessa, e a pretexto de fiscalizar o atendimento da Previdência Social, passou a fazer visitas "surpresas" às agências e hospitais, acompanhado de repórteres, fotógrafos e cinegrafistas. Como se tais problemas fosse resolvidos somente com tais visitas inesperadas.

Por outro lado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, há outra situação grave a denunciar: os Representantes da Previdência Social, Setor Rural do Paraná, estão em sérias dificuldades. Há mais de 13 meses não recebem qualquer aumento ou reajuste. O INPS lhes paga mensalmente a quantia de Cr\$ 15.600,00 com os quais os sofridos representantes têm que pagar ordenados, salários, férias, 13.º salário e encargos sociais de seus funcionários, material de expediente, consertos e reparos de máquinas, água, luz, telefone, material de limpeza, viagens e estadias, honorários contábeis, despesas com diligências, INPS - patronal, correspondência e tantas outras. Normalmente, dos Cr\$. . . 15.600,00, acabam sobrando cerca de Cr\$ 3.000,00, que seria, então, o pagamento dos representantes. Quadro vergonhoso, injusto, para quem tem a enorme responsabilidade de bem atender o trabalhador rural.

Não se pode esperar um melhor serviço dos representantes aos trabalhadores rurais, no que se relaciona à aposentadoria e demais benefícios, principalmente porque os mesmos, com um salário humilhante não possuem o mínimo de estímulo para a realização de qualquer trabalho.

Esses representantes não recebem 13.º salário, PIS, gratificação de cargo, férias nem valor correspondente, fundo de garantia nem estabilidade, mas - em contrapartida - recebem atribuições e obrigações não incluídas no contrato de prestação de serviços.

Acresce-se ainda que a Associação dos Representantes da Previdência Social, Setor Rural, do Estado do Paraná, em memorial enviado ao Sr. Waldir Mendes Arcoverde, Presidente do INPS, denuncia que "o Superintendente Regional está usando arbitrariamente suas funções, e apoiado num contrato frágil, está levando a efeito uma ação de embasamento político ultrapersonalista, por meio de substituições, colocando em funções de representantes, pessoas que possam servi-lo - e não como deveriam - à Previdência Social".

O memorial diz ainda que "a Superintendência Regional do INPS, no Estado do Paraná, está rescindindo sumariamente contratos de Prestação de Serviços, sem que o interesse da Previdência ou do público esteja comprometido, pois estão existindo modificações nos corpos de representantes que, absolutamente, não são ditadas pelo necessário aperfeiçoamento da administração".

E os representantes, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ante à Previdência são HOMENS que prestam serviços, fornecem funcionários, fornecem móveis, máquinas e utensílios e fornecem encargos sociais por um preço estipulado pela própria Previdência Social. Mas, ante a opinião pública, é um FUNCIONÁRIO que representa toda a Previdência Social.

É necessário, pois, que o governo conceda urgentemente um aumento aos representantes da Previdência Social no Setor Rural. É inadmissível que um cidadão represente a Previdência Social junto aos beneficiários e receba Cr\$ 15.600,00 que, subtraídas as despesas já mencionadas, resulta num mísero salário não maior que Cr\$ 3.000,00 ou Cr\$ 4.000,00.

Enfim, se de um lado é vergonhosa a Previdência Social prestada ao homem do campo, com atendimento precário,

serviços médicos limitados, dificuldade de acesso aos mesmos, aposentadorias irrisórias, pensões mensais insignificantes, auxílios aviltantes . . . de outro, é lamentável, profundamente lamentável que os prestadores de serviços, os representantes do ex-FUNRURAL, estejam abandonados. Injustiçados, desde a desatenção da Previdência Social aos serviços em si, como pelos poucos salários pagos aos mesmos.

É incrível como se encontra a dramática situação da Previdência Social ao trabalhador rural, enquanto são cobrados 2,5 por cento sobre toda e qualquer renda de produtos agrícolas. Cobrança essa que um extraordinário volume arrecada, pois é cobrada sobre o valor bruto, sem que o produtor possa descontar seu trabalho, sementes, insumos, nada. Plantou, colheu, vendeu . . . 2,5 por cento vão para a Previdência. E, afinal, surge a prestação dos péssimos serviços da Previdência Social".

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa consulta a Liderança da ARENA se deseja fazer uso do seu horário.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se -à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. - Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n.º 80/79 (Mens. Govern. n.º 81/79), que aprova Termos Aditivos ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Boicaíúva do Sul, que com a participação da COMEC, objetiva aplicação de recursos financeiros em obras de desenvolvimento do referido município. - **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 80/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º - Ficam aprovados os Termos Aditivos datados de 22 de dezembro de 1978 e 30 de abril de 1979, ao Convênio celebrado em 27 de setembro de 1978, entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de BOCAIÚVA DO SUL, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, objetivando a aplicação de recursos financeiros em obras de desenvolvimento do referido município.

Art. 2.º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de outubro de 1979.

(aa) Renato Bernardi, Presidente; David Federmann, Relator

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n.º 81/79 (Mens. Govern. n.º 90/79), que aprova Convênios de auxílio e cooperação, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e Municípios nominados, que com a interveniência de órgãos que especifica, objetiva a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. - **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 81/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º - Ficam aprovados os Convênios de auxílio e cooperação, celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, com interveniência da Secretaria do Planejamento e da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, e os seguintes Municípios: Almirante Tamandaré, Araucária, Bocaiúva

do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Colombo, Contenda, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul e São José dos Pinhais, em 29/06/79, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

(aa) RENATO BERNARDI, Presidente;
DAVID FEDERMANN, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 88/79 - (Mens. Govern. n.º 21/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de São João do Caiuá, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 88/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio celebrado em 15 de fevereiro de 1.979, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o Município de São João do Caiuá, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de outubro de 1.979

(aa) RENATO BERNARDI, Presidente;
DAVID FEDERMANN, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 89/79 - (Mens. Govern. n.º 84/79), que aprova o termo de renovação ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Araucária, através da Secretaria do Planejamento e interveniência de Órgãos que especifica, visando realização de obras com vistas ao desenvolvimento urbano do referido município.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 89/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o termo de renovação, datado de 22 de dezembro de 1.978, ao Convênio n.º 09/78, celebrado em 18 de abril de 1.978, entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Araucária, através da Secretaria do Planejamento e interveniência da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC e da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR, visando a realização de obras que objetivam o desenvolvimento urbano do referido município.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de outubro de 1.979.

(aa) RENATO BERNARDI, Presidente;
DAVID FEDERMANN, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 90/79 - (Mens. Govern. n.º 85/79), que aprova o termo de acordo celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Curitiba, que com a participação do Órgão que especifica, objetiva a implantação do Parque Regional do Iguaçu.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 90/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Acordo n.º 1/79, celebrado em 29 de maio de 1.979, entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Curitiba, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, objetivando a realização de serviços que visam a implantação do Parque Regional do Iguaçu.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de outubro de 1.979.

(aa) RENATO BERNARDI, Presidente;
DAVID FEDERMANN, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 91/79 - (Mens. Govern. n.º 87/79), que aprova termo aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Itambaracá, com interveniência de Órgãos e objetivos que especifica.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 91/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo Aditivo datado de 22 de maio de 1.979, ao convênio de auxílio e cooperação n.º 41/79, celebrado em 20 de fevereiro de 1.979, entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Itambaracá, com interveniência da Secretaria do Planejamento e da Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná - FAMEPAR, objetivando a execução de obras e serviços de emergência, destinados a minorar os efeitos da estiagem e a absorção de mão-de-obra ociosa.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de outubro de 1.979.

(aa) RENATO BERNARDI, Presidente;
DAVID FEDERMANN, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 92/79 - (Mens. Govern. n.º 89/79), que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e municípios nominados, que com a participação e interveniência de Órgãos que especifica, objetiva a realização de estudos e projetos para obras e serviços de interesse Metropolitano, visando o planejamento integrado do uso do solo.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 92/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Ficam aprovados os convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC e interveniência da Secretaria do Planejamento e da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR, e os seguintes Municípios: Balsa Nova, em 24/01/78; Quatro Barras, Mandirituba e Campo Largo, em 29/08/78; Balsa Nova, Mandirituba, Contenda, Colombo e Balsa Nova, em 14/11/78; Colombo e Araucária, em 22/12/78, objetivando a realização de estudos e projetos para obras e serviços de interesse metropolitano e para o planejamento integrado do uso do solo.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de outubro de 1.979.

(aa) RENATO BERNARDI, Presidente;

DAVID FEDERMANN, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 93/79 - (Mens. Govern. n.º 92/79), que aprova convênio de auxílio e cooperação n.º 149/79, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Grandes Rios, com interveniência de Órgãos e objetivos que especifica.— **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 93/79**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio de auxílio e cooperação n.º 149/79, celebrado em 31 de julho de 1.979, entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Grandes Rios, com interveniência da Secretaria de Estado do Planejamento e da Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná - FAMEPAR, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de outubro de 1.979.

(aa) RENATO BERNARDI, Presidente;

DAVID FEDERMANN, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 94/79 - (Mens. Govern. n.º 76/79), que aprova Termo Aditivo ao Convênio n.º 01/78, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Curitiba, com interveniência de Órgãos e objetivos que especifica.— **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 94/79**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o termo aditivo datado de 30 de junho de 1.979, ao Convênio de auxílio e cooperação n.º 01/78, celebrado em 20 de dezembro de 1.978, entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Curitiba, com interveniência da Secretaria de Estado do Planejamento, da Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná — FAMEPAR e da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de outubro de 1.979.

(aa) RENATO BERNARDI, Presidente;

DAVID FEDERMANN, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 124/79 - que declara de utilidade pública a "APMI — Associação de Proteção à Maternidade e à Infância", de Contenda, com sede e foro na Cidade de Contenda.— **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 124/79**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a APMI — ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA, de Contenda, com sede e foro na Cidade de Contenda.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de outubro de 1.979.

(aa) RENATO BERNARDI, Presidente;

DAVID FEDERMANN, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, encarecendo seja proposto ao Poder Legislativo a alteração da organização e divisão judiciária, com a conseqüente criação do Distrito Judiciário de Carajá, em Formosa do Oeste.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo seja proposto ao Poder Legislativo, a criação do Distrito Judiciário de Iracema, no Município de Formosa do Oeste.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação, consubstanciado em pedido de informações, sobre a cessão de prédios escolares para hospedagem e instalação de equipes esportivas.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do editorial "Agressões à Terra", publicado pelo jornal "O Estado do Paraná"— **Aprovado.** (O editorial acha-se publicado no final desta ata).— Ao Departamento Legislativo.

A Mesa registra com satisfação, a presença em nosso plenário, do Sr. Deputado Federal Sebastião Rodrigues, Presidente do Diretório Regional do M.D.B.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de solidariedade e apoio aos 15 metalúrgicos demitidos sem justa causa pela Metalúrgica Britânia S/A., localizada em Curitiba.— Em discussão.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O subscritor deste requerimento, Deputado Gernote Kirinus, por razões particulares em atendimento às suas bases, viu-se na contingência de viajar ontem à noite. Por esta razão, fez-me solicitação para que, da tribuna, levássemos a conhecimento da Casa, a íntegra deste requerimento e em especial a justificativa.

Diz o ilustre Deputado:

"Os operários metalúrgicos do Paraná, por livre iniciativa, encetaram uma campanha salarial com seriedade, mostrando com dados concretos que o aumento médio das mercadorias nos últimos seis anos chegou aos setecentos e setenta e cinco por cento, enquanto que o aumento médio dos salários atingiu apenas seiscentos e trinta por cento; o que lhes causou uma diferença perdida, com a inflação dos últimos seis anos, de cento e quarenta e cinco por cento. Esta diferença se vê aumentar em trinta e cinco por cento se considerarmos o aumento de produtividade que lhes couber por direito.

Diante deste quadro realístico, os metalúrgicos reivindicam, tão somente, um aumento de oitenta e cinco por cento o que não é aceito pelas empresas insensíveis, mesmo diante da perda de 95 cabível por lei aos próprios metalúrgicos.

Os metalúrgicos não estão em greve. Querem dialogar e negociar sobre as diferenças pretendidas por ambas as partes. Os metalúrgicos continuam sua campanha salarial entre seus companheiros nas fábricas em que trabalham". É um trabalho de conscientização, defesa de interesses, luta pela justiça para que se recomponham os valores reais de seus salários.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta campanha que os metalúrgicos desenvolvem entre seus companheiros,

nas fábricas em que trabalham, levou a atitude radical da Metalúrgica Britânia S.A. em demitir 15 de seus funcionários, o que refutamos não ser justa causa.

"A Indústria Sperry New Holland, localizada em Curitiba, neste Estado, endurecida diante da reivindicação de seus funcionários, intimida e ameaça os mesmos com notas distribuídas pela gerência. E mais: não permite que os funcionários conversem ou formem grupos de três ou quatro pessoas sob pena de serem dispersadas com violência pela segurança da indústria."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, triste constatação se faz aqui, aos olhos de toda a Assembléia e do Paraná nesta Capital, quando uma empresa como a Sperry New Holland, não permite que os funcionários conversem e formem grupos de três ou quatro pessoas, sob pena de serem dispersadas com violência pela segurança da indústria.

"Os metalúrgicos não pretendem entrar em greve. Querem tão somente o que lhes é de direito, mas são constantemente violentados nestes seus direitos. E a maneira como as empresas, em especial esta multinacional, recém mencionada, vem tratando o caso e a reação que vem impondo, intimidando e ameaçando, está provocando o surgimento sim, de uma greve. E são portanto, as próprias empresas, diante de suas atitudes irredutíveis e altamente violentas, que acabam sendo responsáveis pelo surgimento desses movimentos paredistas que a qualquer instante podem estourar.

Os Bispos do Paraná, Sr. Presidente, em nota distribuída à Imprensa, no dia 25 de outubro, se solidarizam com os metalúrgicos demitidos e denunciam como anti-Evangélico, as demissões e medidas intimidatórias tomadas pelas empresas, contra os operários envolvidos nas campanhas pró aumento salarial."

O Sr. Darcy Deitos — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) — Inicialmente, agradeço o aparte que Vossa Excelência me concede, mas o fiz tão somente para pedir a Vossa Excelência que me deixe ler este manifesto expedido pela CNBB, Regional Sul, com sede nesta Capital, que numa reunião do dia 23 de outubro, expediu o seguinte Manifesto: (Lê): "Igreja solidariza-se com trabalhadores. Nós, Bispos da Presidência da CNBB, regional Sul 2, em reunião ordinária, do dia 23 do corrente, informados das campanhas salariais em todo o País, especialmente em nosso Estado, solidarizamos-nos com suas justas reivindicações que vêm se desenvolvendo em clima pacífico por parte dos operários.

Por outro lado, com estranheza, tomamos conhecimento de demissões, medidas de intimidações e outras formas de pressão, tomadas por empresas, contra operários envolvidos nas campanhas salariais. Diante disto, nosso zelo e responsabilidade de Pastores, comprometidos com os mais pobres, nos impelem a denunciar tais fatos, como anti-evangélicos, contra a dignidade da pessoa humana e contra seu Direito Fundamental, de se associarem na defesa de seus justos interesses. Inspira-nos o documento de Puebla, quando retomando a palavra do Papa, afirma que a Igreja apoia as aspirações dos operários e agricultores, que desejam ser tratados como homens livres e responsáveis, chamados a participar nas decisões que concernem à sua vida e ao seu futuro. E anima a todos na sua superação. E defende o seu próprio Direito fundamental, de criar livremente, organizações para defender e promover seus interesses e para contribuir responsavelmente para o bem comum.

Esperando que estas palavras ajudem para a promoção da paz e da Justiça, subscrevemo-nos,

Curitiba, 23 de outubro de 1979."

Assinam: D. Pedro Fedalto, Arcebispo de Curitiba e Presidente do Regional Sul 2; D. Lúcio Colussi, Secretário Regional Sul 2; e Bispo Auxiliar de Londrina. D. Jayme Luiz Coelho, Bispo de Maringá. D. Frederico Helmel, Bispo de Guarapuava e D. Domingos G. Wiesnewski, Bispo de Cornélio Procopio.

Este Manifesto, eminente Deputado Nelson Friedrich, vem corroborar a luta dos trabalhadores brasileiros, que nos últimos 15 anos, viram os seus reajustes salariais, serem vilipendiados, serem distorcidos, em detrimento de uma falsa propaganda, cognominada de "Milagre Brasileiro".

Agradeço o aparte que Vossa Excelência me concedeu. O SR. NELTON FRIEDRICH — Ilustre Deputado, agradeço e inclusive vem complementar, dando testemunho do apoio que a própria Igreja vem dar a este movimento reivindicatório. Mas, ilustre Deputado, é incrível o que ocorre neste País, e aqui, embaixo dos nossos olhos, pois vários empregados desta multinacional foram demitidos porque procuravam tão somente dialogar com colegas, de função, ante a triste situação em que vivem, e alguns foram, inclusive, demitidos, porque distribuíam um simples convite que dizia "Companheiros metalúrgicos. Na sexta-feira, dia 12/10, às 18:30 horas, no Ginásio do Atlético, continua nossa luta por um salário mais decente. Oitenta e cinco por cento de aumento, sem desconto, piso salarial de Cr\$ 6.520,00. Vá e leve seus companheiros. Trabalhador unido jamais será vencido. Firms nos oitenta e cinco por cento".

Este é o crime cometido por alguns dos demitidos. E os criminosos estão agora, na rua da amargura, demitidos e sem emprego, e os acusadores são os homens do grande capital, e, em especial neste caso, a multinacional Sperry New Holland, mas o mais incrível, Sr. Presidente, Srs. Deputados, segundo manifestação exposta pelo próprio Deputado Gernote Kirinus, nesta exposição, também temos em mãos uma cópia que é a prova efetiva da ameaça e da intimidação que esta empresa vem promovendo no seio de seus funcionários, porque diz a Sperry New Holland, em carta dirigida a seus funcionários no dia 23.10.79. (Lê): "ISTO É DO SEU INTERESSE.

Caro Empregado.

Tenho visto, ultimamente, circular alguns folhetos que dizem ser enviados pelo Sindicato dos Metalúrgicos. Na realidade, segundo nos informou o próprio Sindicato, esses folhetos foram preparados por pessoas que nem mesmo pertencem ao nosso quadro sindical.

Como você mesmo comprovou, o que se pretende é a provocação de uma greve e assim, atrapalhar as negociações entre patrões e empregados.

Como Dirigente desta empresa, gostaria de alertá-lo do perigo do seu envolvimento neste tipo de movimento que, por não partir do Sindicato dos Metalúrgicos torna-se ilegal e assim, poderá ser objeto de competência das autoridades federais.

Por outro lado, concordo plenamente quando se diz que o salário mínimo é o "salário da fome". Sempre foi pensamento da empresa pagar mais para os nossos empregados, por isso até mesmo aquele em nossa fábrica, que ganha menos, recebe muito mais do que esse "salário da fome".

Pare para pensar um pouco e você verá que concedemos, há muito tempo, benefícios aos nossos empregados que hoje os demais metalúrgicos estão tentando conseguir dos seus patrões. Apenas como exemplo vale citar: reajustes trimestrais de salários, assistência médica e dentária também para os dependentes, auxílio educação, entre muitos outros.

Agora, para um empregado da New Holland o que significará uma greve? Acreditamos que nada, porque atendemos em grande parte os pedidos dos empregados através do Sindicato. Pelo contrário, uma greve nos forçará a dar aos empregados apenas o que for estabelecido em lei. Neste caso, acredito que você e sua família serão altamente prejudicados.

Quero que você saiba que eu, pessoalmente, apoiarei qualquer esforço seu contra uma interrupção do trabalho ou mesmo em caso de uma greve.

Estou certo que você pensará cuidadosamente sobre o que acabei de mostrar e, desde já, conto com o seu bom senso para juntos eliminarmos qualquer ação radical.

Cordialmente
A.T. Cooks
Gerente Geral"

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em verdade, muito se poderia dizer aqui sobre esse movimento reivindicatório, movimento este que ainda não se decidiu por greve, mas que poderá fazê-lo, diante das ameaças e diante das intimidações que, principalmente, a Sperry New Holland vem promovendo entre seus empregados.

Mas, não é possível que a insensibilidade, patente, clara e provada através de documentos, manifestações e dispensas já promovidas, não é possível que essa insensibilidade também atinja esta Casa de Leis, e também os Deputados não venham se solidarizar com os 15 funcionários demitidos pela Metalúrgica Britânia S.A. e ameaça que paira sobre outros empregados, funcionários de outras empresas como os da indústria Sperry New Holland.

Afinal, Sr. Presidente, vale aqui repetir ao encerrar que o quadro realístico mostra que os metalúrgicos reivindicam tão somente aumento de oitenta e cinco por cento para corrigir, em parte, o desastre desta política salarial instituída no País e a defasagem promovida pela inflação e, inclusive, porque os dados concretos mostram que o aumento médio das mercadorias, nos últimos 6 anos, esse aumento médio foi de setecentos e setenta e cinco por cento e o aumento médio dos salários de seiscentos e trinta por cento.

Porisso, conclamamos toda esta Casa e os Deputados que se aliem nesta denúncia e também manifestem a preocupação e o protesto ante esta medida anticlassista, esta medida antipovo prejudicial aos interesses dos nossos trabalhadores.

Não é possível que fiquemos ao lado somente do capital, que ficamos ao lado também do capital multinacionalista, aqui muito bem representado pela Sperry New Holland. Há brasileiros, irmãos nossos, que estão af estendendo a mão, esperando o nosso auxílio, a nossa promoção e a sua libertação. Unimo-nos, pois, para juntos podermos ter efetivamente a valorização do trabalho, a valorização do trabalhador, a valorização dessa força viva no desenvolvimento de qualquer País e de qualquer comunidade.

"Queremos crer, Sr. Presidente, que o homem está acima de qualquer interesse egoístico, de crescimento e enriquecimento de qualquer empresa. Como tal esperamos ver aceita a proposição dos trabalhadores e a readmissão dos demitidos". Façamos também nossas as vozes da igreja, as vozes dos Líderes Sindicais, as vozes dos oprimidos, dos trabalhadores e dos exploradores, para que possamos ter efetivamente uma sociedade mais justa".

Este, Sr. Presidente, é o requerimento do Deputado Gernote Kirinus, atendendo solicitação, inclusive, de reivindicantes bem como de lideranças comunitárias ligadas ao setor. E contamos com o apoio de todos os Srs. Deputados.

Era isto, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Continua em discussão o requerimento.

Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nós entendemos perfeitamente o direito que tem cada cidadão, de lutar por melhores condições de vida, por melhores salários; entretanto, na votação deste requerimento nos assalta uma dúvida, Sr. Presidente:

Pretende o autor do mesmo, que esta Casa manifeste solidariedade a funcionários demitidos de uma empresa de direito privado.

A dúvida que tenho, Sr. Presidente, é da eficácia dessa

solidariedade, desde que o assunto está restrito à Justiça do Trabalho. As reivindicações salariais são feitas através dos Sindicatos de classe, através da instalação de dissídios coletivos, nós conhecemos bem, toda a Casa conhece o mecanismo que precede as reivindicações salariais.

Nestas condições, Sr. Presidente, embora sendo pessoalmente solidário àqueles cidadãos que foram demitidos por reivindicarem salário melhor, eu, Deputado, como homem público, estou em dúvida se vale a interferência do Poder Legislativo, numa empresa de direito privado, numa empresa que tem a regê-la, as leis não só do comércio, como as leis trabalhistas, a Consolidação das Leis do Trabalho.

Por esta razão, Sr. Presidente, vou votar contra, exclusivamente por esta razão.

E é questão aberta na bancada.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação o requerimento. — Aprovado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Deferido.

Em votação o requerimento.

10 Srs. Deputados o aprovam;

1 Sr. Deputado o rejeita.

Não há "quorum" para o prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 29, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 157/79 e de Resolução n.º 113 e 114/79.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 115, 116, 117 e 118/79.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 83 e 147/79.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA À REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO NELTON FRIEDRICH, EM SESSÃO DO DIA 26 DE OUTUBRO DE 1979.

"AGRESSÕES À TERRA

Quais as razões do mau desempenho da economia agrícola paranaense, nos últimos anos? Essa é uma pergunta que não pode ser respondida apenas com referência aos problemas climáticos que têm suscitado "quebras" na produção. Há causas que não estão diretamente relacionadas com a má vontade de São Pedro. Causas relacionadas com a maneira como tem sido desenvolvida a política agrícola.

A reunião nacional de agrônomos, em realização em Curitiba, está enfocando vários problemas que merecem ser levados em linha de conta, no esforço para fazer com que nossa agricultura produza mais e produza melhor.

Um dos aspectos que merecem relevo diz respeito à irracionalidade que tem marcado a exploração do solo paranaense. Apesar da fertilidade de nossas terras, já se nota um declínio de produtividade, acarretado pela maneira inábil, e às vezes insensata, que caracteriza a exploração das áreas agricultáveis.

Nossas terras eram férteis e continuariam férteis caso o solo fosse respeitado. Isto é: caso não fossem adotadas práticas lesivas à vitalidade do solo, empobrecedoras da camada superficial do húmus.

O que está se passando em nosso Estado - e em escala cada vez maior, segundo os agrônomos - é a destruição do solo. Em algumas regiões - especialmente naquelas onde o solo é de composição predominantemente arenítica - o que se vê é a destruição praticamente total, pois todo o solo é "lava-

do" pela erosão, aflorando a camada subjacente, sáfara e estéril.

Nas regiões em que o solo não está sendo levado embora pela erosão, entretanto, está se verificando um outro problema, que é o da degradação. O solo permanece, porém se degrada. Ou seja: perde a matéria orgânica essencial à conservação de sua fertilidade.

O solo erodido fica praticamente "morto" para a agricultura e mesmo para a vida vegetal, envolvendo o perigo da desertificação.

Já o solo degradado ameaça se tornar improdutivo, exigindo despesas cada vez maiores com a reposição artificial da matéria orgânica, através da adubação.

Uma das grandes necessidades da agricultura paranaense, no momento, é a de por um paradeiro a esse processo verdadeiramente suicida. O futuro das atividades agrícolas está na dependência da racionalização das práticas atuais, que não podem mais envolver agressões perpetradas contra a fertilidade do solo.

As conseqüências desse problema já estariam se manifes-

tando nos maus resultados que caracterizaram as últimas safras. Maus resultados que, ao que tudo indica, não devem ser atribuídos apenas à instabilidade climática e à falta de estímulo, mas, de igual forma, à fadiga do solo, maltratado e agredido por práticas irracionais.

A maneira racional de tratar e conservar o solo é aquela preconizada pelos agrônomos, que precisa ser insistentemente divulgada por intermédio dos extensionistas rurais, a fim de evitar que muitos de nossos agricultores continuem cometendo erros crassos e equívocos lamentáveis.

O pior é que nem sempre o problema consiste propriamente em falta de informação adequada. A esperança de conseguir resultados econômicos imediatos é que, às vezes, conduz à exploração irracional do solo. Nesse caso, mais difícil, será necessário mostrar que o lucro de hoje será o desastre econômico de amanhã. Em ambos os casos, a batalha precisa ser travada: dela depende o futuro econômico do Paraná, que não pode perder o trunfo mais importante no campo do desenvolvimento agrícola, representado exatamente pela fecundidade de nossas terras."